

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**CONCURSO PÚBLICO**

2407000580

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMA AUTOMÁTICO DE  
DETEÇÃO DE INCÊNDIOS (SADI) E SISTEMA AUTOMÁTICO DE DETEÇÃO DE  
INTRUSÃO E ROUBO (SADIR), DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **ARTIGO 1.º**

##### **Objeto de contratação**

1. O presente procedimento tem por objeto a “Aquisição de Serviços de Manutenção de Sistema Automático de Detecção de Incêndios (SADI) e Sistema Automático de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa”.
2. Ao presente procedimento corresponde ao código CPV 50610000-4 - Serviços de reparação e manutenção de equipamento de segurança, do Vocabulário Comum para os contratos Públicos (CPV) conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

#### **ARTIGO 2.º**

##### **Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, sita na Av. Prof. Egas Moniz, 1649-028 Lisboa, NIPC 502662875, telefone 217985100 e endereço eletrónico [fml@medicina.ulisboa.pt](mailto:fml@medicina.ulisboa.pt).

#### **ARTIGO 3.º**

##### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa no uso de competência própria.

## **ARTIGO 4.º**

### **Fundamento da escolha do procedimento**

1. O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 16.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do mesmo código.
2. É proposta a adoção do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, uma vez que o preço base estimado assumir um montante inferior a 221.000,00 euros, bem como, para assegurar a observância dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.

## **ARTIGO 5.º**

### **Órgão Competente para prestar esclarecimentos**

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

## **ARTIGO 6.º**

### **Disponibilização das peças do procedimento**

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **Artigo 7.º**

### **Consulta e fornecimentos das peças do procedimento**

1. As peças do procedimento são disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, em área de acesso livre, e de forma completa e gratuita, desde o dia da publicação do anúncio do procedimento no Diário da República.

2. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>, sendo este registo gratuito, nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 23.º e n.º 3 do artigo 28.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. O acesso aos restantes documentos do procedimento, designadamente os relativos aos esclarecimentos e às retificações, às suas decisões de prorrogação do prazo, às listas dos erros e omissões identificados pelos interessados, à lista dos erros e omissões aceites pela Entidade Adjudicante e às notificações e comunicações na fase prévia à apresentação das propostas, é reservado aos interessados registados e participantes no mesmo.

### **Artigo 8.º**

#### **Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri do procedimento, devendo os interessados apresentar os seus pedidos de esclarecimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até às 23:59 horas, do dia em que termina o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, por escrito, através da Plataforma Eletrónica, até às 23:59 horas do dia em que termina o segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. A falta de resposta, até à data prevista no n.º 2, a pedidos de esclarecimento solicitados nos termos previstos no n.º 1 justifica a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
4. No mesmo prazo previsto no n.º 1, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados no Caderno de Encargos, relativos aos elementos previstos no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, com exceção dos referidos na alínea d) do mesmo normativo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.

5. No mesmo prazo previsto no n.º 2, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
7. Sem prejuízo do previsto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, sem prejuízo, neste caso, do previsto no artigo 64.º do CCP.
8. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
9. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **CAPÍTULO II**

### **Apresentação de Proposta e habilitação**

#### **ARTIGO 9.º**

##### **Interessados**

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

## **ARTIGO 10.º**

### **Documentos de Habilitação**

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:

- Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
- Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE);
- Certificados dos registos criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;
- Certificado do registo criminal da empresa;
- Certidão de não dívida emitida pela Segurança Social;
- Certidão de não dívida emitida pela Autoridade Tributária.

Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de cartão de cidadão e identificação fiscal.

2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

## **ARTIGO 11.º**

### **Prazo de supressão de irregularidades**

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

## **ARTIGO 12.º**

### **Documentos da proposta**

Conforme disposto no art.57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:



1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I;
2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
  - Documento onde conste o preço total da proposta;
  - Preenchimento do Anexo A ao Programa de Procedimento, na qual é indicado expressamente o preço, em pdf, devidamente assinado;
  - Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;
  - Quadro onde conste os recursos humanos a afetar, de acordo com o quadro I e II do anexo II do caderno de encargos;
  - A proposta não pode apresentar itens a zeros, sob pena de exclusão da proposta;
  - O preço deverá ser apresentado em Euros e arredondado a duas casas decimais.
3. Outros documentos necessários e ajustados ao objeto do contrato:
  - Alvará de empreiteiro de obras públicas - 4ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas | 10.ª
  - Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção | Classe 1;
  - Certificado Registo Prévio PSP, conforme nº 1 do artº 4A da Lei nº 34/2013 de 16 de maio, alterado pelo Lei nº 46/2019 de 8 de julho;
  - Certificado ANEPC, conforme Portaria 773/2009 - Instalação e Manutenção, alíneas c), d), g) e h;
4. Podem também integrar a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta, nos termos do n.º 3 do art. 57.º do CCP, de acordo com os quais se propõe contratar;
5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismo e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo;

6. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;

7. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do art.º 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;

8. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

#### **ARTIGO 13.º**

##### **Idioma dos documentos da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

#### **ARTIGO 14.º**

##### **Prazo e modo para a apresentação da proposta**

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 12.º (décimo segundo) dia a contar da data de publicação no DRE, e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

#### **ARTIGO 15.º**

##### **Preço anormalmente baixo**

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

#### **ARTIGO 16.º**



### **Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

#### **ARTIGO 17.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção de propostas**

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

#### **ARTIGO 18.º**

##### **Critério de Adjudicação**

1. A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade:
  - a) Modalidade monofator enquanto avaliação do preço.
2. Em caso de empate das propostas deve ser adotado como critério de desempate a realização de sorteio na presença dos concorrentes.

#### **ARTIGO 19.º**

##### **Prestação da Caução**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução.

#### **CAPÍTULO III**

##### **Disposições finais**

#### **ARTIGO 20.º**

##### **Celebração do Contrato**

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.
2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

#### **ARTIGO 21.º**

##### **Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

#### **ARTIGO 22º**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

**ANEXO A**  
**FORMULÁRIO\_DA\_PROPOSTA**



**ANEXO A\_Formulário da Proposta**  
**“Aquisição de serviços de manutenção de sistemas de SADI e SADIR da FMUL para os anos 2025, 2026 e 2027”**

Item	Item	Unidade	Qt./ano	Preço Unitário S/IVA	Preço Total S/IVA
<b>1. Manutenção preventiva</b>					
1.1	Manutenção de sistemas de SADI e SADIR conforme NT 12 ANEPC-Equipamento Edifício Central	Un	12,00		
1.2	Manutenção de sistemas de SADI e SADIR conforme NT 12 ANEPC-Equipamento Edifício Egas Moniz	Un	12,00		
1.3	Manutenção de sistemas de SADI e SADIR conforme NT 12 ANEPC-Equipamento Edifício Reynaldo dos Santos	Un	12,00		
<b>2. Manutenção Corretiva</b>					
2.1.	Deslocações Presenciais - dia útil em horário diurno	hora	50,00		
2.2.	Deslocações Presenciais - dia útil em horário noturno	hora	25,00		
2.3.	Deslocações Presenciais - sábados, domingos e feriados em horário diurno	hora	25,00		
2.4.	Deslocações Presenciais - sábados, domingos e feriados em horário noturno	hora	25,00		
2.5.	Deslocações Remotas	hora	50,00		
<b>3. Consumíveis (inclui fornecimento e mão-de-obra de instalação, parametrização, programação e ensaio de conformidade)</b>					
3.1.	Detetor Otico 830P mod Tyco	un	40,00		
3.2.	Detetor Cerberus Pro	un	5,00		
3.3.	4B 4" Detetor Base	un	40,00		
3.4.	Botoneira de Incêndio MCP 820 mod Tyco	un	6,00		
3.5.	Sirene interior com base e Flash P80SB com frame de montagem mod Tyco	un	3,00		
3.6.	Cabo Anti-fogo JEH-ST 2*2*0,8 E30/90	ml	200,00		
3.7.	Calha Técnica 20*12,5mm	ml	25,00		
3.8.	Bateria 12V/12Ah	un	14,00		
3.9.	MCP820 Botão de Interior Tyco/Zettler	un	2,00		
3.10.	SUS516W caixa Tyco/Zettler para botão	un	6,00		
3.11.	Interface de 1 saída Tyco RIM800 para porta automática	un	2,00		
3.12.	P80SR - Sirene Tyco/Zettler, interior, endereçável de protocolo MX, Frame para Sirene P80SR	un	1,00		
3.13.	Caixa para módulo RIM 800 100*100mm	un	2,00		
<b>VALOR TOTAL</b>					